

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(CEDP)**

21.06.2022

* * *

- Abre a reunião a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

Registro com prazer a presença dos nobres deputados e deputadas. Deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Presente... Pela ordem, presidente. Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presente o deputado Adalberto.

Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presente esta Presidência.

Deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado justificou que está afastado por saúde.

Deputada Marina Helou. (Pausa.).

Deputado corregedor Estevam Galvão. Presente, também.

Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto Freitas. Ah, Enio. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Excelência, V. Exa. me chamou?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Chamei.

Deputado Enio, é regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Itens nº 1 e 2 do juízo de admissibilidade. Todos os membros do Conselho e o corregedor parlamentar receberão cópia das representações, bem como das defesas prévias apresentadas pelos representados ou representadas.

Item nº 1. O processo RGL 5523/2022 de autoria do deputado Douglas Garcia contra a deputada Erica Malunguinho por quebra de decoro parlamentar. (Vozes sobrepostas.) Lembrando que os representados têm dez minutos para se manifestar.

O SR. - É só para saber: aqui é admissibilidade, ou não, do processo?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É admissibilidade.

Os deputados representados, deputada representada têm dez minutos para discutir se quiser, e os outros demais membros também.

Tem um deputado presente também, o deputado Douglas Garcia, que não é da Comissão, mas está presente.

Em discussão. Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Em votação, o processo de admissibilidade da autoria do deputado Douglas Garcia contra a deputada... Ah, é verdade. A deputada Erica não vai poder votar porque é parte do processo. Então como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto por não. Por não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, depois da recusa da admissibilidade na última reunião contra o deputado Wellington Moura, quando ele falou que ia colocar um cabresto da deputada Monica Seixas, não dá mais para acreditar em mais nada nesse Conselho de Ética. Então, eu vou votar pela não admissibilidade.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela não admissibilidade.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Se o deputado Enio Tatto não acredita mais nesse conselho, acho que o deputado deveria pedir para sair do Conselho de Ética. (Vozes sobrepostas.) Eu estou com a palavra, Sra. Presidente. Eu acredito que isso deveria ser... É mais ético da parte do deputado fazer isso. Eu voto pela não admissibilidade do processo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Voto não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - E como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Não, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto sim pela questão de coerência com princípios que nortearam o Conselho de Ética. Então, lembrando sempre que, quando se fala da admissibilidade, não é um pré-julgamento de culpabilidade ou não.

Quantos votos? Seis votos não e um, sim. Fica arquivado o processo... Foi negado o processo de admissibilidade.

Então vamos ao Item nº 2. Processo RGL 5578/2022 de autoria da deputada Erica Malunguinho contra o deputado Douglas Garcia por quebra de decoro parlamentar.

Em discussão.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Erica.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Esse sentimento que o Enio verbalizou agora sobre acreditar nesse espaço, acho que é para além do Conselho de Ética. A gente está efetivamente tendo que debater coisas extremamente violentas, tristes, anti-

civilizatórias. Eu ia me manifestar a respeito do processo do Douglas contra mim, que ele falou que eu agredi ele.

Muito interessante, Douglas, você falar isso. Te agredi mesmo? Eu toquei em você, eu toquei em você. Eu não te bati. Eu não te agredi. Tanto que você nem se deu conta disso. E, assim, se realmente tivesse acontecido um tapa, a sessão deveria ter sido suspensa. Eu não fiz isso, eu jamais faria isso.

Agora, eu vou te explicar um pouco, não sei, acho que você sabe o que é agressão. Você sabe o que é violência. Você é um cara da periferia, você sabe o quanto nós, pessoas pretas, periféricas, vivem, veem a violência acontecendo constantemente. Para vocês terem uma ideia, faz menos de duas semanas eu estava no elevador de um prédio, de um edifício, um homem com quase 1,90m de altura, ele veio para cima de mim me obrigar a dar um beijo nele e pegou nas minhas nádegas.

Sabe o que é agressão? A gente sabe o que é agressão.

Corregedor, está tudo bem?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Desculpa.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Está bom. A gente sabe o que é agressão. E você sabe muito bem que eu não te agredi. Eu fui no seu ouvido falar “me erra”, porque você insiste até hoje em ficar questionando minha identidade de gênero, eu não quero saber sobre o que você acredita ou não acredita, mas me respeita. Me respeita, eu não estou aqui para questionar como você se posiciona no mundo. Eu estou aqui para questionar o seu discurso.

Agora, você não tem o direito - aliás, ninguém tem o direito de fazer isso. Inclusive isso está em lei. E é por isso que eu tive sim que te processar no Conselho de Ética por uma falta de um princípio básico e constitucional sobre as identidades de gênero.

Eu não posso ser subjugada por isso. Isso é um crime equivalente ao crime de racismo. É por isso que esse processo está aqui. E quando o deputado Enio fala sobre questões de escolhas políticas, são escolhas, sim. E o que está acontecendo aqui são escolhas baseadas em critérios que dizem respeito a quem a gente vai punir ou não, quando na verdade a gente deveria se debruçar sobre o que está sendo dito nos projetos e nos processos.

É muito triste sim, presidente. É muito triste acreditar em ética quando não é a ética que está regendo o princípio do debate dos processos. Não é a ética que está regendo isso.

O que está regendo, repito, é o corporativismo. É o corporativismo. Quero voltar sobre a sua representação contra mim. Onde estão as provas? Você falou que ia pedir as câmeras. Onde são essas câmeras mostrando efetivamente que aconteceu essa agressão? Porque ela não aconteceu. E você sabe disso. E você sabe muito bem disso.

Você está tentando fazer aqui um factóide político, tanto que você encheu suas redes sociais para falar isso, que só me respeitava por força da lei. É isso que você falou. Em nenhum momento eu usei minhas redes sociais para ficar abastecendo isso, porque eu não gosto de abastecer violência, diferente de muita gente que vive fazendo disso pauta política. Eu não faço isso.

Para mim você sabe - a gente sabe muito bem. É o certo pelo certo. E é por isso que eu lancei essa representação contra você, porque não é possível que mesmo isso tendo sido dito, tendo sido sancionado como lei pelo STF, a gente admita ainda discursos de discriminação de gênero. Isso é discriminação de gênero.

Assim como a gente aprende sobre discriminação racial, é preciso de uma vez por todas aprender sobre isso. Eu sei que isso é um debate recente, uma vez que nunca existiram pessoas como eu aqui nesse lugar, mas eu estou aqui não só para dizer isso, eu estou aqui para efetivamente não permitir que discursos violentos contra pessoas transgêneros ou homossexuais ou lésbicas continuem acontecendo. Ponto.

Essa é uma Casa de Leis, é uma Casa que tem que se basear em leis e respeitá-las. O STF já disse. Ou você quer, ou a gente quer subverter a suprema corte? Não, eu não acho que isso não é plausível para nenhum lugar. Ainda mais nessa Casa de Leis.

Bom, presidenta, é isso. É uma manifestação simples para dizer o porquê que estou fazendo isso e não é porque eu tenho um desgosto ou tenho alguma divergência política com o Douglas, é porque simplesmente não podemos admitir violência de gênero, violência contra pessoas trans, violência contra pessoas lésbicas, violências contra pessoas gays como você.

Isso não pode ser admitido. Obrigada, presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só... Desculpe, só uma observação. Eu questiono a minha presença, também, aqui como presidente do Conselho de Ética depois da palavra do deputado Enio.

Eu acho que nós estamos aqui... Eu tenho falado constantemente, até agora nós temos recebido elogios pelo comportamento da Comissão de Ética por tomarmos medidas coercitivas com relação a comportamentos dentro dessa Casa. Se isso aqui vai ficar uma questão partidária ou ideológica ou questão de ficar discutindo gênero, foge da questão. Nós estamos aqui para dizer se o processo, a representação procede ou não procede.

Eu não estou aqui para sentar aqui nessa Mesa para ficar administrando uma questão, quando membros do Conselho de Ética estão num processo de “uma turma é contra, outra turma, a favor”. Nós não estamos aqui num jogo de futebol, nós estamos num Conselho de Ética.

Desculpe ter que falar assim com os senhores, mas eu me sinto aqui representando o quê? Eu tenho um nome a zelar, tenho cinco mandatos, como muitos de vocês têm mandatos, temos respeitabilidade.

Agora, quando nós decidimos, algum tempo atrás, fazermos uma resolução para que pudesse fazer admissibilidade de todos os processos para que depois, sim, o parecer do relator fosse a favor ou contra o arquivamento ou as punições previstas no conselho, ele estava caminhando. Nós estamos a respeito da sociedade. Eu acabei de ouvir agora que nós não estamos dando... Que nós estamos fazendo o que? Administrando.

Aqui não estamos participando de um circo. Nós estamos fazendo um juízo de valores em relação a comportamentos que a mídia vem criticando com razão; nós estamos tendo que dar uma resposta para a sociedade, e eu vejo que aqui a decisão não está sendo uma decisão em função da representação, e sim uma questão partidária, ideológica. Eu não vou ficar administrando aqui, também porque eu não quero - não estou querendo enfeitar a Mesa, se é que eu enfeito a Mesa. Eu quero aqui tomar decisões importantes para que a nossa imagem seja resgatada lá fora e o que eu estou sentindo é que, até então, nós tínhamos tido respeito da sociedade.

Se a partir de agora nós entendemos que nós... Eu não me recuso terminantemente a continuar, talvez ver o que que nós vamos fazer. Agora, porque um não teve admissibilidade, então não vão votar no outro, então deixou-se de ver o mérito da questão.

Então, eu queria talvez interromper essa sessão por alguns minutos para que... Nós vamos continuar com o Conselho de Ética analisando o fato em si? Quer dizer, a violência de um é condenada, a violência de outra passa despercebida. Então, nós temos dois pesos e duas medidas, nós não estamos fazendo justiça.

Nós estamos aqui, não é para condenar, mas para avaliar os comportamentos. Nós queremos que a Assembleia Legislativa de São Paulo permaneça com esses tipos de

comportamento sem nenhum tipo de punição ou julgando o mérito através da questão ideológica ou política.

Com a palavra, o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presidente, eu endosso totalmente as suas palavras e solicito que a senhora não interrompa a sessão, não. Vamos em frente. Porque eu acho que está calando o fundo que a senhora está dizendo.

E não pode pairar a menor dúvida a respeito do comportamento íncrito com que V. Exa. tem comandado esse Conselho e do qual a gente só pode se orgulhar. Então vamos vencer as adversidades. Eu concordo com o seu raciocínio integralmente, mas faço esse apelo. Vamos em frente. Nós vamos superar isso, como já superamos obstáculos maiores sob o seu comando.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Claro, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, retira... E queria que todos os pares aqui, quando eu coloquei que não acreditava mais nesse Conselho de Ética, retira isso.

Apenas um desabafo, porque eu achei... fiquei muito contrariado de a gente não aceitar a admissibilidade de um item, na reunião passada - que eu acho que, daí sim, deixa essa Comissão em situações difíceis perante a sociedade. Não é nem perante a mídia, mas perante a sociedade. Mas acreditando que a gente possa corrigir em outras admissibilidades e que a gente possa aprofundar determinados temas que não conseguimos fazer esse aprofundamento aqui na Comissão.

Eu peço para retirar o que eu falei e continuamos com a reunião.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Obrigada e vamos honrar o papel que nós desempenhamos aqui.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Isso, para discutir o item agora em voga. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, no dia em que...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, você tem cinco minutos para (Inaudível.) do Conselho de Ética, para manifestação.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Está ok. Sra. Presidente, no dia em que ocorreu este fato lamentável, que foi a deputada Erica Malunguinho, sim, me agredindo... Inclusive saiu aqui uma matéria na Folha de São Paulo, e o trecho da matéria na Folha de São Paulo diz o seguinte: “procurada, a assessoria de Malunguinho disse que a deputada apenas encostou nele em chamada” - entre aspas: “encostou nele em chamada.”

Pergunto aqui aos deputados, a todos os deputados: os senhores sabem que eu já tive muitos entraves aqui com a deputada Erica Malunguinho desde o início do meu mandato, representações, processos e etc. Se tivesse eu, deputado Douglas Garcia, encostado na deputada Erica Malunguinho em chamada, os senhores acreditam mesmo que eu estaria aqui agora sentado conseguindo debater a respeito disso que aconteceu? De maneira alguma. O deputado Douglas já tinha sido cassado no dia seguinte, tivesse essa Assembleia chamado uma Comissão Extraordinária do Conselho de Ética para poder me cassar o mandato, porque o escândalo feito pela deputada Erica Malunguinho em decorrência de uma fala minha no ano de 2019, próximo do que ela fez comigo naquele dia... Ah, senhores. Eu digo para os senhores: são dois pesos e duas medidas que infelizmente, na mesma balança, são medidas de forma diferente.

Tivesse o deputado Douglas Garcia feito o que a deputada Erica Malunguinho fez comigo, com certeza eu não estaria aqui agora podendo me defender, podendo representá-la no Conselho de Ética. E mais, não tenho absolutamente nenhum tipo de proximidade, nenhum tipo de amizade, nenhum tipo de o que quer que seja.

A senhora não tem o direito de encostar em mim. A senhora não tem o direito de tocar em mim. A senhora não tem o direito de fazer qualquer tipo de ação que envolva questões físicas contra mim, porque, se fosse eu fazendo algo disso daqui, com certeza

essa Assembleia Legislativa já teria me tirado o mandato, ignorado completamente o fato de que eu, assim como a senhora, também sou um homossexual...

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Eu não sou homossexual, eu não sou homossexual, eu não sou homossexual.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Erica, está com a palavra o deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Muito obrigado.

Todas as vezes que a senhora abre a boca para atacar a população. Toda vez que a senhora abre a boca para “defender”, entre aspas, a população LGBT, a senhora me coloca como se fosse contra, mas como eu posso ser contra a mim mesmo? Como eu posso ser contra os homossexuais? Como eu posso ser contra a população gay, se eu sou abertamente gay? Já disse aqui nessa Assembleia centenas de vezes.

O que a senhora precisa entender é que o meu comportamento, a minha forma de viver, assim como muitos outros homossexuais, não deve, não pode ser escrava de uma militância pequena que quer fazer com que toda a população LGBT, e eu digo aqui: todos em geral, lésbicas, gays, transsexuais, toda a população LGBT siga as suas diretrizes, siga os seus ditames, a sua cartilha. Não!

A população LGBT brasileira não é obrigada a ficar seguindo aquilo que reza a cartilha do PSOL, o que reza a cartilha do PCdoB, o que reza a cartilha do PT. Eles têm as suas próprias decisões e mais - que fique registrado aqui nesse Conselho de Ética -, durante o pico da pandemia em que nós tivemos, infelizmente, muitas mortes acontecendo no estado de São Paulo e no nosso Brasil, que as sessões passaram a ser virtuais, a deputada Erica Malunguinho proferiu palavras baixíssimas contra mim. Senhores podem não se lembrar, mas eu lembro perfeitamente bem. E essas palavras foram ditas em detrimento da minha orientação sexual, como se a deputada tivesse um ódio imenso pelo fato de eu ser gay e não seguir os ditames daquilo que é trazido pelo PT, pelo PSOL, por toda essa galera de esquerda.

Tivesse, senhores, lembrado o que eu passei aqui no ano de 2019, a militância que segue a deputada Erica Malunguinho me atacando de forma baixa, de forma vil, me ameaçando; é isso que vocês chamam de compartilhar solidariedade com as pessoas que são homossexuais? Mesmo depois do deputado Douglas Garcia ter dito ao mundo “sim,

eu sou homossexual, sou conservador, defendo essas pautas e vou lutar contra a ideologia de gênero”, mesmo eu me posicionando dessa maneira, os ataques não acabaram, continuaram.

E mais essa, a senhora vem dessa maneira rude dentro do plenário da Assembleia Legislativa encostar no deputado Douglas Garcia. Não lhe dou o direito de fazer isso, não lhe dou autoridade para fazer isso. E é por isso que eu a representei nesse conselho de ética.

Agora, falando especificamente deste tema aqui, eu, deputado Douglas Garcia, não posso ser impedido de dizer que uma mulher transexual é um homem que se sente mulher, porque isso não é crime, isso não é transfobia, isso não deve, de forma alguma, ser considerado transfobia, porque isso vai impactar diretamente na vida das mulheres, principalmente em condições biológicas, principalmente indo contra a própria ciência.

Em momento algum eu disse para a senhora, neguei que a senhora é uma mulher ou que mulheres transsexuais deixem de ser mulheres, que não podem ser chamadas dessa forma. Não! Mas eu, assim como a maior parte da população, não posso ser impedido de dizer que são homens que se sentem mulheres, até porque isso faz parte da minha religião, é aquilo que eu acredito e essa Assembleia Legislativa aprovou uma lei contra a intolerância religiosa, de liberdade religiosa, que protege as minhas palavras; de autoria, inclusive, da deputada Damaris Moura.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - A conclusão, Sra. Deputada: eu não posso ser considerado como transfóbico com essas palavras, mas sim uma pessoa que está lutando pelo direito e principalmente o direito das mulheres. Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É, para discutir.
Tem a palavra.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, eu vou discutir em um minuto, um minuto e meio no máximo. A prova da não admissibilidade desse Item 1 é justamente o discurso e a fala do deputado Douglas. Ele ficou o tempo todo falando do Item 2, que nós vamos entrar ainda, e em nenhum momento falou das provas de que foi agredido realmente.

Eu procurei minha assessoria na Casa, os vídeos, as imagens e não vi nada. Não foi apresentado nada sobre a agressão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós estamos discutindo o número dois.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Já é o dois?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É. Exatamente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Então, eu acho que não teve...
Não, o Item 1 nós já votamos?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Ah, desculpa então.

Então, o Item 2, acho que ele fez uma defesa, justamente, que ele mesmo cai por terra. O que ele está defendendo, eu acho que a gente precisa aprofundar, sim, e para isso, para a gente aprofundar, a gente tem que ter admissibilidade. Se a gente não admitir a abertura do processo, a gente não consegue se aprofundar.

Foi isso que aconteceu na sessão passada, que eu fiquei indignado. Não deu nem oportunidade para a gente ter as provas, para a gente ter um relator, para a gente aprofundar no assunto. Então, nesse caso aqui, do Item nº 2, eu vou votar pela admissibilidade, sim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, então, não havendo mais quem queira manifestar, está encerrada a discussão.

Em votação, o Item 2, que é da autoria da deputada Erica Malunguinho contra o deputado Douglas Garcia.

Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto pela não admissibilidade.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela admissibilidade, sim, para a gente aprofundar esse tema que é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Voto não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Voto pela não admissibilidade.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Não, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto pela admissibilidade sempre respondendo pela coerência.

Por cinco votos não e dois, sim, fica arquivado a presente representação.

Vamos para o item 3. Processo 7915/2021 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar: representação de autoria do deputado Gil Diniz contra a deputada Erica Malunguinho por quebra de decoro parlamentar. Foi relator o deputado Barros Munhoz, propondo arquivamento por falta de tipicidade, dando-se ciência às partes envolvidas. Em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem. Quem pediu a palavra? Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para, em breves palavras, fazer um comentário sobre o parecer. Ah não, está no três ainda?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É, exato, Item 3.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, desculpa, desculpa. Desculpa, eu...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não havendo oradores e inscritos, está encerrada a discussão em votação nominal do processo de autoria do deputado Gil contra a deputada Erica Malunguinho, propondo arquivamento.

Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto com o relator, deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Voto com o relator, deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu voto com o meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Voto com o relator.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Voto com o relator.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Com o relator, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto com o relator. Por oito votos, fica arquivada a presente representação.

Vamos, então, para o Item 4.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Rapidamente, eu só queria ler um trecho. “Eles estão mostrando que são violentos e agressivos e não merecem nenhum tipo de respeito, tampouco frequentar uma Casa Legislativa como a Assembleia de São Paulo.” Isso é uma fala do Douglas.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vamos, então, agora para o Item 4.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - (Inaudível.) Importante registrar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Processo nº 3999/2022, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, representação de autoria da deputada Márcia Lia contra o deputado Coronel Telhada por quebra de decoro parlamentar. Foi relator o deputado Barros Munhoz - não está atualizado aqui.

O deputado Barros Munhoz propôs aplicação de censura escrita nos termos do artigo, nos termos da letra (a), § 2º do Art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar. E tem um voto em separado do deputado que foi mudado...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Qual que está valendo?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É o arquivamento. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, vai apresentar.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É. Vamos apresentar rapidamente, só...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O deputado vai apresentar um voto pelo arquivamento?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Isso. Rapidamente, só falando sobre esse assunto, não, não... Aqui prestigiando o deputado Barros Munhoz, grande jurista, pelo relatório dele, mas eu fiz um relatório à parte pedindo arquivamento, visto que eu vi hoje que na própria Folha de São Paulo saiu que o ex-presidente Lula, ele fez uma pressão para que todos fossem nas casas do senhor, do senhor, do Enio Tatto, na sua, na minha, fazer uma pressão aos deputados, às esposas dos deputados, aos filhos dos deputados.

E hoje ele foi arquivado, o processo contra o ex-presidente, aliás eu vou falar aqui, hoje, bem informalmente porque aqui tudo dá cassação, dá problema de decoro parlamentar. Então, o que eu queria falar era bem diferente, mas eu vou ser rápido.

E, presidente, eu pedi o arquivamento, visto que o deputado Coronel Telhada se sentiu ofendido. Ele, como militar - vocês sabem que eles são do regime militar, é fuzil e bala. É assim que funciona. É assim que funciona. Ele teve a casa dele metralhada. Os senhores devem saber, aqui, que na época em que ele trabalhava na Rota, por prender muitos bandidos, teve várias trocas de tiros - ele teve a casa dele metralhada, a família dele teve que se mudar da casa dele, por causa da época da Rota.

Então, ele sabe o que ele passou. E não pode um ex-presidente da República ir lá e mandar que as pessoas vão nas suas casas fazer pressão. Na minha casa também, se fosse, ia ser igual. Não ia esperar com alegria ninguém lá. Com certeza eu até pensaria igual ao Coronel Telhada. Não sei se faria o que ele fez aqui dentro de acabar mostrando uma arma, mas acho que, como militar, e sempre ligado a fuzis, a tiros e trabalhar onde ele trabalhou, sempre no choque, passar pelo que ele passou na sua casa, que teve que mudar - depois voltou para sua residência, hoje mora em apartamento, porque não tem condições mais de morar em casa. Até hoje ele tem segurança aqui da Polícia Militar, por ter trabalhado na Rota.

Então, eu acho que eu tinha pedido para ele, na verdade, era uma advertência, e hoje de manhã eu mudei, como o próprio presidente Lula, que fez toda essa confusão, pediram o arquivamento - nada mais justo do que também pedir desculpa ao Barros Munhoz, que eu tenho um respeito e um carinho, grande jurista formado pela São Francisco, acho que é o homem mais competente aqui dentro dessa Assembleia Legislativa, mas eu peço o arquivamento, visto que foi um ato ali que passou um pouco dos limites, mas a gente conhece quando é o Telhada.

Ele é um cara que está em cima da lei; é um cara que, dentro da Polícia Militar, sempre teve um bom nome e, entre os colegas aqui, é uma pessoa que você pode conversar a qualquer hora, uma pessoa de fino trato. Então eu já mandei para a senhora à parte como arquivamento e peço que todos venham no meu voto separado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem.

Sra. Presidente e colegas do Conselho de Ética, é muito difícil para mim elaborar um relatório e, analisando o que foi dito pelo Coronel Telhada, deputado Coronel Telhada, e pela deputada Márcia Lia, na representação, eu estava inclinado, em princípio,

a também votar por uma simples advertência, o que o próprio Coronel Telhada reconhecia como bom, como justo, como correto. Ele fala na sua defesa que o máximo que ele poderia ser punido seria por uma advertência. Ele reconhece que isso seria razoável.

Eu tenho por ele uma grande estima, uma grande consideração. É um homem de um grande valor, tem um passado fantástico, tem uma história na Polícia Militar e na Assembleia Legislativa inquestionável, uma reputação ilibada, tenho tudo a favor do Coronel Telhada.

Agora, o conselho deve analisar com bastante critério o fato que ocorreu. Isso que disse o deputado Olim é o que me levaria a propor uma pena suave de advertência, mas depois eu fui ver que não foi só isso que ele falou. Efetivamente, no dia seis de abril, foi divulgado na mídia dele tudo que ele falou. E aí é que houve a representação, e ele disse o seguinte, criticando o que o presidente Lula falou - ele falou tudo aquilo que o deputado Olim falou, que eu reconhecia que era uma coisa de uma gravidade muito menor.

A fala que merece uma punição mais severa é a posterior dele. Depois de ter falado isso, ele criticou diretamente, quase que nominalmente, a deputada Márcia Lia e os seus companheiros de PT, do partido, aqui na Casa Legislativa. Ele disse exatamente o seguinte, eu vou pedir desculpa, presidente, que eu estou sem óculos e é capaz de eu tergiversar um pouco aqui na leitura.

Olha o que ele disse no dia 11 de maio: “Então, não venha com essa canalhice de querer calar a boca da gente, colocando a gente em Comissão de Ética, não. Porque isso é canalhice. Canalhice. Inventando argumentos, mentiras. Não vão calar a nossa boca. Qualquer um que vier falar besteira aqui vai ter resposta à altura. Depois não fica aí se fazendo de vítima, não. Canalhas! É isso que são. Falam o que pensam e depois não assumem. Covardes!”

Meu Deus do céu, se chamar de canalha, se chamar de covarde os companheiros de Assembleia não é falta de decoro, eu não sei mais o que pode ser. Eu queria dizer que, então, eu quero aplicar e sugerir aplicar a pena prevista no Art. 9º § 2º, ou seja, a censura será verbal ou escrita:

“§ 2º A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao deputado que usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar, assim entendidas, dentre outras, as que constituam ofensa à honra.”

Que é o caso.

Depois da letra b - “praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar” - vejam bem - ou desacatar por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou os respectivos presidentes.

Meu Deus do céu. Se chamar de canalha e covarde não for desacatar por palavra outro parlamentar, nada mais é. Nada mais é. Então, eu entendo que, modéstia às favas, estou sendo até benevolente. Acho que caberia até uma punição mais forte, mas reconheço que, por todo o passado do Coronel Telhada e por todo o seu presente nesse seu segundo mandato aqui nesta Casa Legislativa, a pena mais correta e mais justa é a de censura escrita. Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, eu queria discutir e queria parabenizar o deputado Barros Munhoz pelo seu voto, mas pela sua fala aqui. Quando a pessoa faz um relato coerente, correto daquilo que aconteceu é muito bom a gente ouvir. E a gente muda até de posição.

Agora o deputado Olim, por exemplo, colocou aqui uma inverdade e o Lula foi absolvido hoje, saiu nos jornais, porque a Justiça em nenhum momento viu uma ameaça a qualquer família na fala do Lula. O que o Lula falou é que algumas pessoas deveriam ir à casa dos deputados fazer pressão, conversar - ele usou exatamente essa palavra, conversar com o deputado, que isso surtiria mais efeito do que fazer lá no Congresso. Foi exatamente isso.

Então não houve nenhuma ameaça, não houve nenhum constrangimento ao deputado, à sua família, tanto é que a Justiça arquivou, diferente do que aconteceu aqui com o deputado Telhada. O deputado Telhada fez um vídeo aqui na Casa, no Parlamento, não foi nem na Casa dele, não foi nem na rua, mas dentro do Parlamento paulista, exibindo a sua arma e ameaçando - aí sim foi uma ameaça -, totalmente diferente do que o presidente Lula falou.

Então eu queria parabenizar o deputado Barros Munhoz pelo seu relatório e, sim, caberia uma punição mais forte, mas eu acho que o relatório está perfeito e essa

advertência vem contemplar aquilo que a gente tem que dar de exemplo aqui no Parlamento do estado de São Paulo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só, deputada, só esclarecer um negócio para o deputado.

Tudo isso que o senhor falou, deputado, concordo com o senhor, mas o senhor - ele falou dia 11 e a admissibilidade entrou dia 10, então não pode mais entrar nesse processo. Dia 10 que ele falou, foi dia 11... A admissibilidade entrou dia 10, e ele falou isso tudo só depois da admissibilidade, então dia 11. Se ele entrar na Justiça, ele ganha também, só para... Já que é para juridicamente, nós temos que passar o que foi aconteceu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só pela oportunidade, presidente: essa é uma questão menor e jurídica que não deve sobrepor-se à questão moral, à questão ética.

O nosso nome não é Conselho de Justiça. É Conselho de Ética. O nome do nosso Conselho é Conselho de Ética. Nós estamos aqui para julgar se, eticamente, as coisas aconteceram corretamente ou não. E eticamente não aconteceram corretamente.

Ninguém pode xingar alguém de “canalha” e de “covarde” impunemente. É essa a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mais algum deputado ou deputada deseja discutir?

Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação.

Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto com o relatório do voto separado do deputado Olim, pedindo o arquivamento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Voto pela censura e não advertência, como eu falei na minha fala. Com o relatório do deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A advertência não está na votação.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Só estou corrigindo aquilo que eu falei, mas voto pelo relatório do deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok. Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Voto pelo meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Voto com o relatório do deputado Delegado Olim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Voto com o meu relatório, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Voto com o relatório do deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Excelência, no meu entendimento, o relatório do Barros Munhoz, as palavras, elas são perfeitas. Todavia, a gente não... Eu,

pelo menos, entendo que você não pode punir alguém apenas por um determinado momento.

Deve ser analisada também a vida, a história, o comportamento, a conduta do deputado. No meu entendimento, a punição deveria ser advertência. Como nós não temos, nós temos aqui o relatório do Barros Munhoz, que propõe a censura. Temos o relatório em separado do deputado Olim, que propõe o arquivamento.

Eu vou votar, então, com o deputado Olim. Relatório.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto com o relatório do deputado Barros Munhoz.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Empatou. Foi a favor do réu, não é?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não. A favor do parecer do relator Barros Munhoz.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ficou empatado. Quatro a quatro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Na verdade, deputado...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O deputado Olim agora quer decidir pela presidente?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quero. Quero decidir. Que nem você também decide, eu decido.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Se atenha ao seu voto.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só você quer falar? Também quero falar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, eu voto pelo relatório. Voto pelo relatório do deputado relator.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Empatou, então. Ficou quatro a quatro, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então! Eu desempato mantendo o meu voto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, ela votou pelo relatório, e agora ela está votando pelo desempate. Ela desempatou como voto de Minerva.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Na verdade, o senhor mudou o voto, deputado Delegado Olim. Seu voto era pela advertência, e agora o senhor votou pelo arquivamento. Então, o senhor apresentou um voto em separado.

Por cinco votos a quatro, então, fica a pena de censura. Aprovada a pena... O parecer do relator.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não, tudo bem.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Tem mais coisa, não?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Quanto à ciência aí, a senhora pode dar como lido, né, deputada, assim já termina que eu tenho mais coisa, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo, então, concordância dos senhores deputados e senhoras deputadas, considero os itens lidos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *